



FCT FUNDO DE COMPENSAÇÃO DO TRABALHO

 **FUNDO DE COMPENSAÇÃO**
DO TRABALHO

Instituto de Gestão de Fundos 

RELATÓRIO E CONTAS 2016



FCT FUNDO DE COMPENSAÇÃO DO TRABALHO

RELATÓRIO E CONTAS 2016



SEGURANÇA SOCIAL

Instituto de Gestão de Fundos 

Av. Fernão de Magalhães, 1862 - 3º Dto. (Torre das Antas) | 4350-158 Porto
Tel: 225 082 400 | Fax: 225 082 401 | E-mail: igfcss@seg-social.pt



DESTAQUE 4

NÚMEROS CHAVE 9

APRESENTAÇÃO DO FCT 11

EVOLUÇÃO DO FCT 13

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS E NOTAS ÀS CONTAS 18

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS 22

Destaque

O Fundo de Compensação do Trabalho

Em 31 de dezembro de 2016, o valor do Fundo de Compensação do Trabalho ascendia a 106 286 936,61€, quase duplicando o valor de 2015 (54 818 275,82€). O valor da unidade de participação do FCT era, em 31.12.2016, de 1,02971€, contrastando com 1,02527€ no final de 2015, a que corresponde uma rentabilidade de 0,44%. Na mesma data o número de entidades empregadoras com contribuições ascendia a 168 558, a que correspondiam 1 072 450 contratos de trabalho.

Durante o ano de 2016 o montante de contribuições recebidas ascendeu a 67,9 milhões de euros e os reembolsos totalizaram 16,8 milhões de euros. Ocorreu ainda uma transferência de 600 mil euros do Fundo de Garantia de Compensação do Trabalho, nos termos da alínea d) do artigo 28º da Lei nº 70/2013, de 30 de agosto.

Os Mercados Financeiros em 2016

O ano de 2016 será recordado como um ano de surpresas, quer pela ocorrência de eventos não antecipados, quer pela reação verificada nos mercados financeiros a esses acontecimentos. O triunfo do *Brexit* no final do mês de junho e a vitória de Donald Trump nas eleições norte americanas no início de novembro, frustraram vários analistas políticos e financeiros, perante a incapacidade da sua antecipação, e enfatizaram os riscos de índole política num contexto de crescente sentimento pró-nacionalista, em particular nas economias mais desenvolvidas.

Durante os dois primeiros meses do ano, as atenções estiveram centradas nas questões económicas, com a contínua queda do preço de mercadorias, como o petróleo, a fundamentar uma visão de contínua depressão nos dados de inflação e de estrangulamento das economias emergentes. Para tal, contribuiu, ainda, a perspetiva de que uma mudança do modelo económico chinês, de economia predominantemente exportadora para uma economia com crescente dinâmica de consumo interno, passaria necessariamente por uma desaceleração do seu ritmo de crescimento, com impacto negativo direto sobre a economia mundial.

Neste contexto, os bancos centrais de referência mantiveram ou intensificaram o carácter expansionista das suas políticas monetárias. O banco central do Japão (BOJ) iniciou uma política de taxas de juro negativas durante o mês de janeiro e o Banco Central Europeu (BCE), na sua reunião de março, fixou as taxas de referência e de depósito, em 0% e -0,40%, respetivamente, a par com um incremento do seu programa de compra de ativos. Também nos EUA, a Reserva Federal foi, sucessivamente, adiando novas subidas na taxa de juro norte-americana.

Em resposta a estas decisões, as taxas de rendimento das obrigações (*yields*) foram desenhando movimentos de descida, que persistiram ao longo do primeiro semestre de 2016, com os mínimos do ano a serem atingidos durante os meses de verão, no seguimento do referendo britânico.

O sentimento negativo de início do ano refletiu-se também na desvalorização dos índices acionistas, que se manteve até meados do mês de fevereiro, momento em que o preço do barril de petróleo se aproximou dos 25 dólares e começou a atrair interesse comprador, beneficiando a cotação das empresas do sector energético e das economias exportadoras de mercadorias. A postura expansionista assumida pelos bancos centrais e a retoma de indicadores económicos a partir do final do 1º trimestre do ano, suportaram, adicionalmente, a melhoria do sentimento de mercado, e a consequente valorização generalizada dos índices acionistas.

Este ambiente positivo, sentido nos ativos com risco, foi apenas perturbado pela já referida vitória do *Brexit* no referendo britânico de 23 de junho. As análises traçadas no seu imediato projetaram um cenário catastrófico para a economia inglesa, de depreciação de moeda, subida de inflação e quebra de crescimento económico, numa dinâmica que teria reflexos negativos no crescimento do restante bloco europeu. No entanto, a ausência de materialização destes receios nos dados económicos posteriormente divulgados, aliada à atuação expansionista do Banco de Inglaterra, acabou por conter e reverter o sentimento negativo inicialmente gerado, despoletando um movimento de valorização que colocou o índice acionista inglês próximo de níveis máximos históricos.

A 8 de novembro, a situação repete-se. A vitória de Donald Trump nas eleições dos EUA não era tida como o resultado esperado pela generalidade dos analistas e investidores e o impacto projetado era igualmente negativo, dado o perfil do candidato e as medidas e políticas que vinham a ser apresentadas durante a campanha eleitoral. Neste caso, a reversão de sentimento foi praticamente imediata, com vários índices acionistas a apresentar fechos positivos no dia de anúncio de resultados. A antecipação de uma política fiscal expansionista suportou a revisão em alta das expectativas de crescimento para a economia americana, bem como de inflação, dadas as prováveis pressões em alta de preços e salários. Em resultado, o mercado acionista ganhou uma nova dinâmica positiva, tendo o índice S&P500 terminado o ano com forte valorização e centrado em níveis máximos históricos. Este sentimento positivo alastrou-se a outros índices acionistas, sobretudo nos países desenvolvidos.

Nos mercados de dívida governamental, as *yields* começaram a mostrar alguma reversão em alta, após os mínimos atingidos nos meses de verão, num movimento suportado pela retoma de indicadores económicos e pela antecipação de uma subida de taxas de juro nos EUA, durante o 2º semestre do ano. As eleições norte americanas acabaram por contribuir de forma determinante para esta tendência, atentas as novas perspetivas traçadas para a atividade económica e inflação. Em consequência, nos últimos meses de 2016, desenhou-se um movimento acentuado de subida de *yields* que colocou as taxas a 10 anos em níveis de 0,40% e

2,60%, na dívida governamental da Alemanha e dos EUA, respetivamente, após terem sido atingidos níveis de cerca de -0,20% e 1,32%, no início do julho (no pós-*Brexit*).

Este movimento afetou sobretudo as maturidades intermédias e longas das curvas de rendimento, com as obrigações de prazos mais curtos a continuarem reféns das políticas monetárias dos respetivos bancos centrais. Assim, enquanto nos EUA, a *yield* média para os prazos entre 1 e 3 anos acompanhou a referida tendência de subida, fechando 2016 em máximos do ano em torno dos 1,4%, na Zona Euro, o movimento foi contrário, com a *yield* média para os prazos entre 1 a 3 anos a terminar 2016 num mínimo histórico em torno dos -0,44%. A justificar este comportamento esteve a política monetária do BCE, que na reunião de 8 de dezembro, manteve a postura acomodatória e anunciou a extensão do seu programa de compras de ativos, eliminando a regra que impedia a compra de obrigações com *yields* abaixo do nível de taxa de depósito, -0,40%.

Apesar de esta decisão ser positiva para o mercado de dívida da zona euro, o seu impacto acabou por estar condicionado no caso dos emitentes confrontados com a proximidade do limite total de compras por emissão. Tal é o caso das Obrigações de Tesouro portuguesas cujo retorno negativo no ano, de cerca de -2,64%, refletiu ainda as preocupações dos investidores com alguns temas nacionais específicos, como o estado do setor bancário português. Também neste caso, o comportamento dos títulos de prazos mais curtos foi divergente da restante curva, com a componente de OT's com prazos entre 1 e 3 anos a registar uma rentabilidade positiva, de 0,97%.

Por último, uma nota para os comportamentos das várias moedas face ao euro. Em resultado da política expansionista do BCE, em contraciclo com a política de subidas de taxas de juro da Reserva Federal norte americana, o euro registou um movimento depreciativo face ao dólar. Movimento paralelo registou-se face ao iene, tendo a moeda europeia apreciado significativamente face à libra esterlina, sobretudo no período posterior ao *Brexit*. Estas movimentações tiveram reflexo direto no retorno dos ativos denominados em moeda estrangeira, após conversão para euros.

	Taxa Média em 2016	Rentabilidade 2016 (em €, sem cobertura cambial)
Taxa EONIA	- 0,319%	
Índice Obrigações Soberanas Alemanha 1 - 3 anos		0,21%
Índice Obrigações Soberanas Portugal 1 - 3 anos		0,97%
Índice Obrigações Soberanas Zona Euro 1 - 3 anos		0,39%
Índice de Ações Eurostoxx (<i>net total return</i>)		3,72%
Índice de Ações FTSE 100 (<i>net total return</i>)		2,77%
Índice de Ações S&P 500 (<i>net total return</i>)		14,59%
Índice de Ações Topix (<i>net total return</i>)		6,93%

O Fundo de Compensação do Trabalho

Ao longo do ano de 2016, o Fundo de Compensação do Trabalho manteve uma dinâmica positiva de crescimento, com a sua carteira a registar um aumento nos ativos sob gestão de

aproximadamente 55 milhões de euros, em dezembro de 2015, para um montante próximo dos 107 milhões de euros, em dezembro de 2016.

A rentabilidade do Fundo, no ano, foi de 0,44%, gerando um valor acrescentado de cerca de 0,49% face ao *benchmark* definido, que observou uma rentabilidade de cerca de -0,05%. Esta carteira de referência é constituída por EONIA e dívida pública alemã com maturidades entre 1 e 3 anos, 2 classes de ativos que se encontram, atualmente, num contexto de taxas de juro e *yields* negativas. A diversificação adicional da carteira do FCT, por ativo e moeda, a par da gestão das aplicações monetárias, permitiu a obtenção do valor acrescentado anteriormente referido, embora com um nível de volatilidade superior, dados os reduzidos níveis de volatilidade associados à carteira *benchmark*, nomeadamente à sua componente de investimento em EONIA.

Atividade do Conselho de Gestão

Nos termos do artigo 21º da Lei 70/2013, de 30 de Agosto, o FCT é gerido por um Conselho de Gestão presidido pelo Presidente do Conselho Diretivo do Instituto de Gestão de Fundos de Capitalização da Segurança Social e integrando representantes das Confederações de Empregadores e Sindicais com assento no Conselho Permanente da Concertação Social e dos membros do Governo responsáveis pelas áreas das Finanças, Segurança Social e Laboral. Os membros do Conselho de Gestão são:

Instituição	Nome	Representação	Observações (Nomeação)
Presidente	Manuel Pedro Baganha (Prof. Doutor)		
Ministério das Finanças	Francisco Vieira (Engº)	Efetivo	
Emprego	Luis Fernando Claudino Oliveira (Dr.)	Efetivo	Até 22.02.2016
	Fernando Miguel Catarino José (Dr.)	Suplente	Até 22.02.2016
	Fernando Miguel Catarino José (Dr.)	Efetivo	Desde 22.02.2016
	Rui Ábreu (Dr.)	Suplente	Desde 22.02.2016
Segurança Social	Pedro Miguel Gomes Sanches (Dr.)	Efetivo	
	Elisabete Machado da Silva de Almeida (Dra.)	Suplente	
Confederação do Comércio e Serviços de Portugal - CCP	Ana Vieira (Dra.)	Efetivo	
	Jorge Seabra (Dr.)	Suplente	
Confederação dos Agricultores de Portugal - CAP	Cristina Nagy Morais (Dra.)	Efetivo	
	Ana Filipa Ferreira (Dra.)	Suplente	
Confederação do Turismo Português - CTP	Nuno Bernardo (Dr.)	Efetivo	
	Pedro Petrucci de Freitas (Dr.)	Suplente	
Confederação Empresarial de Portugal - CIP	João Costa (Dr.)	Efetivo	
	Gregório Rocha Novo (Dr.)	Suplente	
Confederação Geral dos Trabalhadores Portugueses - CGTP-IN	Ana Isabel Lopes Pires	Efetivo	
	Fernando Ámbrioso	Efetivo	
	Fernando Manuel Pires Marques (Dr.)	Suplente	
	Ana Oliveira (Dra.)	Suplente	Até 13.09.2016
	Tiago Cunha (Dr.)	Suplente	Desde 13.09.2016
União Geral de Trabalhadores - UGT	António Luis Ferreira Correia	Efetivo	
	Sérgio Monte	Efetivo	
	Ana Paula Silva Viseu	Suplente	
	Joaquim José Mendes Dias	Suplente	

Durante o exercício de 2016 realizaram-se 8 reuniões do Conselho de Gestão (24 de fevereiro, 30 de março, 27 de abril, 17 de maio, 14 de julho, 28 de setembro, 15 de novembro e 15 de dezembro) nas quais:

- ✓ Se analisou a carteira do FCT, nomeadamente composição e rentabilidade;
- ✓ Se discutiram as estatísticas referentes a adesões, número de contratos, montante das entregas e dívidas de entidades empregadoras;
- ✓ Se discutiram e aprovaram alterações ao Regulamento de Gestão (24 de fevereiro e 27 de abril);
- ✓ Se aprovou o critério de repartição entre o FCT e o FGCT dos custos com arrecadação de receitas;
- ✓ Se discutiu o Relatórios e Contas do exercício de 2015 (14 julho);
- ✓ Se discutiu e aprovou o Relatórios e Contas do exercício de 2015 (28 de setembro);
- ✓ Se discutiu o Plano de Atividades e Orçamento para 2017 (15 de novembro);
- ✓ Se discutiu e aprovou o Plano de Atividades e Orçamento para 2017 (15 dezembro).

Números Chave

Evolução do Fundo

Durante o ano de 2016 o valor da carteira do FCT aumentou 94%, passando de um valor de 54 818 275,82€ a 31.12.2015 para 106 286 936,61€ no final de 2016. O montante médio da carteira foi de 69 203 491,49€.

Esta evolução reflete sobretudo o crescimento do número de empregadores aderentes (197 975 em 2016¹, face aos 164 120 de 2015, um aumento de cerca de 20%), do número de contratos por conta dos quais foram efetuadas entregas durante o ano² (1 717 277 em 2016, contra os 1 404 903 verificados em 2015, um aumento de 22%) e do valor médio das entregas (4,37€ em 2016 comparativamente com os 3,92€ de 2015, um aumento de 11,5%). A conjugação destes fatores levou a um crescimento de 49% no volume de entradas de fundos (68 084 714,62€ face aos 45 815 804,60€ de 2015).

O volume de reembolsos pagos aos empregadores na sequência da cessação de contratos de trabalho (789 465) sofreu igualmente um forte aumento, passando de 10 027 597,99€ em 2015 para 17 029 609,08€ em 2016, um crescimento de 69%.

Do diferencial entre entradas e saídas resultou uma entrada líquida de dinheiro para o fundo de 51 055 105,54€.

Se a este montante adicionarmos os valores entregues pelos empregadores líquidos do pagamento de reembolsos acumulados até final de 2015 (54 492 610,08€), ficaremos com um total de entregas líquidas de reembolsos de 105 547 715,62€. A diferença entre este valor e o valor da carteira corresponde a 739 220,99€ e representa o acréscimo de valor gerado pela gestão do FCT.

Capitais Próprios

No final de 2016, os capitais próprios do FCT ascendiam a 112 383 776,15€, representados por ativos distribuídos conforme o quadro seguinte, contra 57 936 177,24€ em 2015.

TABELA 01 | CAPITAIS PRÓPRIOS DO FCT

	31-12-2016	31-12-2015
ATIVO		
Carteira de títulos	50 226 863,20	27 752 171,12
Disponibilidades	56 047 966,00	28 951 552,74
Terceiros	6 600 113,79	3 202 718,92
Acréscimos e diferimentos	612 209,04	404 374,38
Total	113 487 152,03	60 310 817,16
PASSIVO		
Terceiros	503 320,37	2 374 639,92
Acréscimos e diferimentos	600 055,51	0,00
Total	1 103 375,88	2 374 639,92
Capitais Próprios	112 383 776,15	57 936 177,24

¹ Número de empregadores com um saldo maior que zero na respetiva conta global no dia 31 de dezembro.

² Número de contratos de trabalho aos quais está associada pelo menos 1 entrega durante 2015 e 2016.

Rentabilidade

Em 31.12.2016 existiam 103 219 292,11064 unidades de participação do FCT em circulação, sendo o seu valor unitário de 1,02971€.

A taxa de rentabilidade dos ativos representativos da carteira do FCT foi de 0,44%, face aos 0,95% registados em 2015.

Deve atender-se, contudo, ao facto de que o regime imposto pela Lei 70/2013, de 30 de agosto, determina a realização de entregas mensais pelos empregadores ao FCT do valor correspondente a 0,925% do abonado aos seus trabalhadores a título de vencimento base e diuturnidades. Deste modo, o empregador que tenha mantido um montante constante de entregas entre janeiro e dezembro de 2016, obteve uma valorização dessas entregas de 0,77%.

Apresentação do FCT

Estatuto Legal

O Fundo de Compensação do Trabalho (FCT), criado pela Lei nº 70/2013, de 30 de agosto, é um fundo autónomo, de capitalização individual, que visa garantir o pagamento de até metade do valor da compensação devida por cessação do contrato de trabalho, calculada nos termos do artigo 366º do Código do Trabalho, respondendo até ao limite dos montantes entregues pelo empregador e eventual valorização positiva.

Estão abrangidas pelo regime jurídico do FCT as relações de trabalho reguladas pelo Código do Trabalho que se iniciaram após o dia 1 de outubro de 2013.

Com a publicação do DL 210/2015, de 25 de setembro, foram excluídas do âmbito da aplicação da Lei 70/2013, de 30 de agosto, as relações de trabalho emergentes de contratos de trabalho com duração igual ou inferior a 2 meses.

A entidade gestora do FCT é, nos termos do nº 2 do artigo 18.º da Lei 70/2013, de 30 de agosto, o Instituto de Gestão de Fundos de Capitalização da Segurança Social, I.P. (IGFCSS,IP).

A constituição e o funcionamento do FCT encontram-se regulados pela Lei 70/2013, de 30 de agosto, alterada pelo DL 210/2015 de 25 de setembro.

A Portaria 294-A/2013, de 30 de setembro estabelece a regulamentação relativa aos procedimentos de operacionalização do funcionamento do FCT, em concreto no que respeita às relações entre os empregadores e o fundo.

O Regulamento de Gestão do FCT (Regulamento 390-B/2013, de 14 de outubro) foi aprovado pelo respetivo conselho de gestão e determina as regras fundamentais do funcionamento do FCT, nomeadamente os princípios a que deve obedecer a sua gestão que visa, em primeiro lugar, a preservação do valor nominal das entregas dos empregadores.

Limites de Investimento

Os principais limites de investimento da carteira do Fundo de Compensação do Trabalho são os seguintes:

- ✓ Liquidez – mínimo 30%
- ✓ Dívida Privada – máximo 20%
- ✓ Ações – máximo 15%
- ✓ Fundos de Investimento – máximo 10%
- ✓ Ativos não denominados em Euros – máximo 10%

O perfil de risco é prudente e em conformidade com regras de segurança, rendibilidade, diversificação e liquidez previstas no artigo 6º do regulamento de gestão.

Objetivos da Política de Investimento

A política de investimento do FCT assenta num modelo de alocação dinâmica, nos termos do qual é fixado o nível de indexação, ao índice composto EONIA (50% peso) e EFFAS Alemanha 1-3 Anos (50% peso), o qual pode variar entre 50% e 100%.

A gestão do FCT tem como objetivo uma gestão eficaz do perfil de risco extremamente conservador do Fundo de Compensação do Trabalho. Para operacionalizar este objetivo é definido como indicador de desempenho o rácio entre a valorização do FCT e o referido índice composto, ou seja, é objetivo da gestão maximizar o *Funding Ratio* do FCT.

Processo de Tomada de Decisão

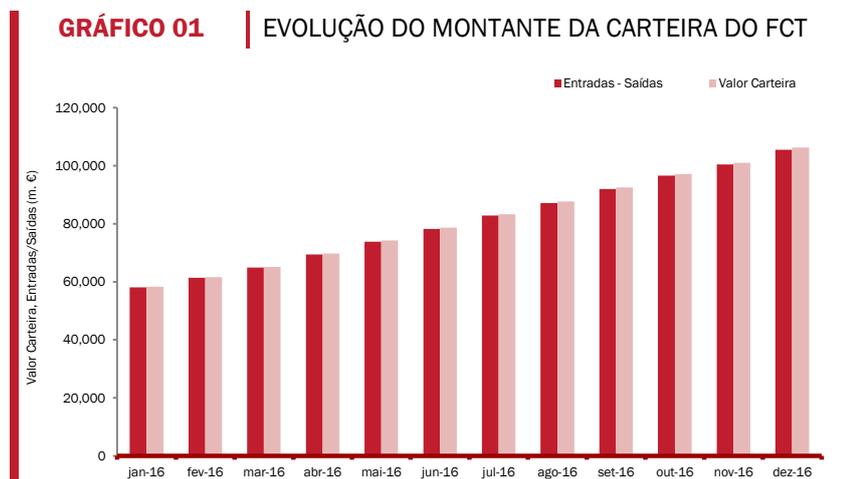
Em cada trimestre, em regra no seu início, o Conselho Diretivo, ouvido o Comité de Investimentos (CI), fixa, em função da evolução expectável dos diferentes mercados relevantes, o nível de indexação desejado ao índice composto EONIA (50% peso) e EFFAS Alemanha 1-3 Anos (50% peso).

Utilizando um modelo de alocação core-satélite, entre o referido índice composto e um *portfolio* diversificado de ativos com origem nos mercados da OCDE, e com base em estimativas de correlações de mercado bem como do *funding ratio* real, obtém-se uma composição de referência para a carteira do Fundo. Durante o ano de 2016 o nível de indexação manteve-se em 97,5%.

Evolução do FCT

Entradas e Saídas

A carteira do FCT ascendeu, em 31.12.2016 a 106 286 936,61€. O montante médio da carteira em 2016 foi de 69 203 491,49€.



O FCT foi criado com a publicação do respetivo regulamento de gestão, em outubro de 2013, com um montante inicial de subscrições de 114 777,54€. A média mensal de subscrições líquidas de reembolsos durante o ano de 2016 ascendeu a 4 254 592,13€, cifrando-se num total de 51 055 105,54€. Este valor, adicionado às subscrições líquidas relativas aos anos anteriores, totaliza o valor de 105 547 715,62€ desde a criação do fundo.

TABELA 02 | SUBSCRIÇÕES LÍQUIDAS DE RESGATES

Data	Entradas - Saídas	Valor Acumulado
2013	470 023,13	470 023,13
2014	18 234 380,34	18 704 403,47
2015	35 788 206,61	54 492 610,08
Jan-16	3 575 180,14	58 067 790,22
Fev-16	3 367 739,81	61 435 530,03
Mar-16	3 496 868,22	64 932 398,25
Abr-16	4 517 985,76	69 450 384,01
Mai-16	4 323 896,45	73 774 280,46
Jun-16	4 495 468,39	78 269 748,85
Jul-16	4 522 363,01	82 792 111,86
Ago-16	4 331 674,82	87 123 786,68
Set-16	4 866 763,63	91 990 550,31
Out-16	4 565 497,07	96 556 047,38
Nov-16	3 847 803,58	100 403 850,96
Dez-16	5 143 864,66	105 547 715,62

A gestão dos ativos permitiu, até 31.12.2016, acrescentar ao valor do FCT 739 220,99€. Este valor acrescentado corresponde a uma taxa anual nominal média de rentabilidade de 0,94%³ desde o início.

³ Time Weighted Rate of Return (TWRR)

Estrutura da Carteira

Cerca de metade do valor de carteira do FCT é constituído por liquidez: 52,19% em Depósitos à Ordem e Depósitos a Prazo. O restante valor é constituído, na sua grande parte, por títulos de Dívida Pública: 26,28% Dívida Pública Portuguesa e 20,44% por Dívida Pública de outros países da OCDE. De referir ainda, que cerca de 1,09% da carteira está afeta ao grupo Ações (por via de ETFs).

Assim, a exposição por classe de risco, em 31.12.2016, era a seguinte:

TABELA 03 | ESTRUTURA DA CARTEIRA DO FCT

Ativo	Valor	%
Dívida Pública Portuguesa	27 933 052,89	26,28%
Dívida OCDE Ex-DP Portuguesa	21 724 529,85	20,44%
Ações	1 158 137,28	1,09%
Liquidez	55 471 216,59	52,19%
Liquidez (sem Provisões Diversas)	56 074 257,59	52,76%
Liquidez (sem Provisões Diversas)	(603 041,00)	(0,57%)

Cumprimento dos Limites Regulamentares

A tabela abaixo avalia o cumprimento dos limites de composição da carteira do FCT, estabelecidos no respectivo regulamento de gestão (Regulamento nº 390-B/2013, de 11 de outubro).

TABELA 04 | CUMPRIMENTO DOS LIMITES REGULAMENTARES

Descrição	Peso na carteira	Mínimo	Máximo
Liquidez	71,05%		
Liquidez (sem Provisões Diversas)	71,62%	30,00%	100,00%
Provisões Diversas	-0,57%		
Dívida Privada	52,76%	0,00%	20,00%
Ações	1,09%	0,00%	15,00%
Fundos de Investimento Mistos	0,00%	0,00%	10,00%
Ativos não denominados em euros	0,83%	0,00%	10,00%
Instrumentos representativos de dívida - Maturidade > 3 anos	0,00%	0,00%	0,00%

Para efeitos de cumprimentos dos limites regulamentares, o investimento em CEDIC é considerado liquidez.

O não cumprimento do limite definido para a componente de Dívida Privada deriva de esta incluir os depósitos bancários. Verifica-se, ainda, o não cumprimento das regras relativas ao rating das instituições financeiras.

O Conselho de Gestão que tem, nos termos da Lei nº 70/2013, a competência para aprovar e alterar o Regulamento de Gestão aprovou, em 2016, alterações ao Regulamento nº 390-B/2013 com o objetivo de ultrapassar as limitações impostas por aqueles limites. Estas alterações ainda não foram publicadas no Diário da República.

A tabela abaixo dá conta da exposição às várias entidades financeiras:

TABELA 05 | EXPOSIÇÃO A ENTIDADES FINANCEIRAS

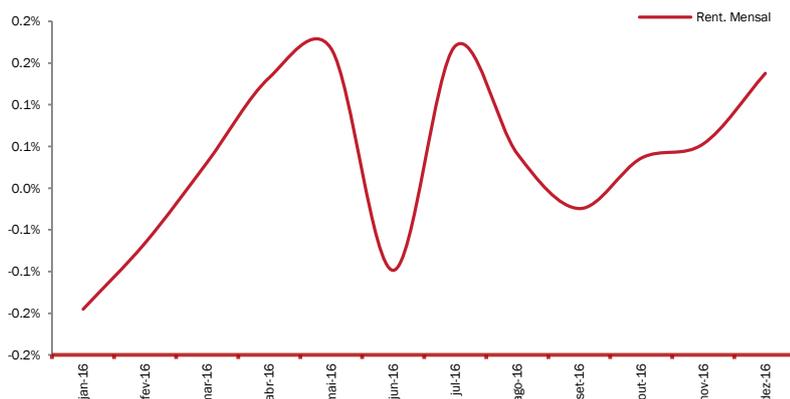
Banco (*)	Rating Moody's	Rating S&P	Exposição
Bankinter	Baa2	BBB-	26 007 323,07 €
Novo Banco	Caa1	n.d.	19 495 443,20 €
Millennium BCP	B1	B+/B	8 534 420,01 €
Banco Santander Totta	Ba1	BB+	2 007 163,79 €
Banco Bilbao Viscaya	Baa1	BBB+	26 671,89 €
Barclays	A1	A-	3 235,63 €
Total			56 074 257,59 €

(*) Valor veiculado na página internet de cada banco a 01.02.2017

Rentabilidade e Risco

Em 2016, o FCT obteve uma rentabilidade de 0,44%, para um nível de risco, medido pelo desvio padrão anualizado da taxa de rentabilidade, de 0,62%.

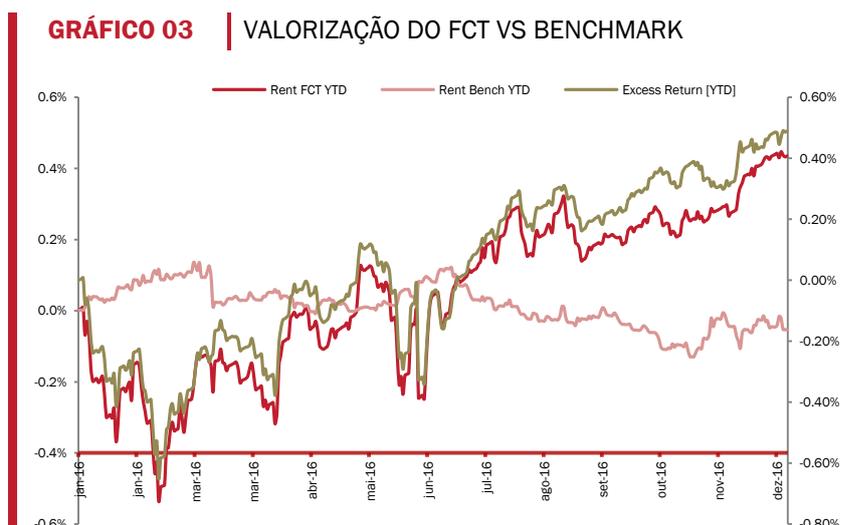
GRÁFICO 02 | RENTABILIDADE MENSAL



A performance dos investimentos do FCT é medida contra um índice de aferição específico (*benchmark* – EONIA e EFFAS Alemanha (1-3 anos)).

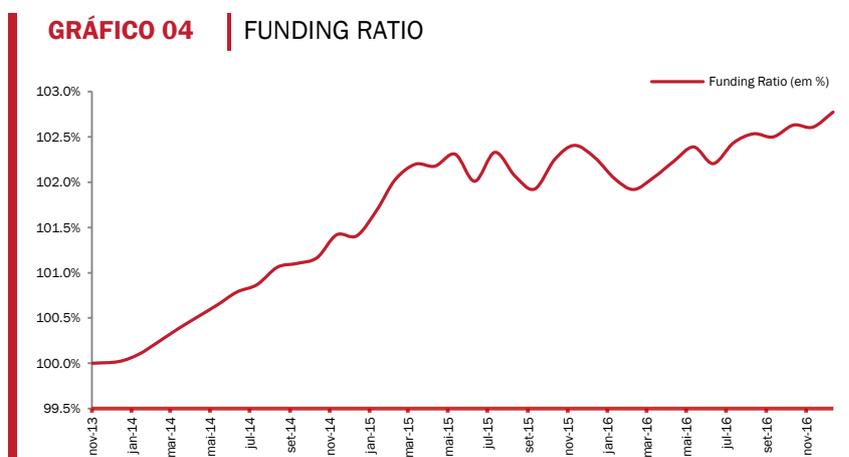
Em 2016 o FCT obteve uma rentabilidade adicional em relação ao respetivo *benchmark* (*excess return*) de 49 pontos base (0,49%).

Este *excess return* positivo verificado no final de 2016 não foi observável ao longo de todo o ano, tendo-se observado valores negativos sensivelmente até meados do mês de maio. A partir desse momento, a curva relativa à rentabilidade do Fundo ultrapassou a curva do *benchmark* e assim permaneceu nos restantes dias do ano, cifrando-se nos 0,44% em 31 de dezembro, em contraponto com os -0,05% do *benchmark*.



O gráfico seguinte compara, desde 30.11.2013, a performance do Fundo com a performance do índice de aferição específico (*benchmark* – EONIA e EFFAS Alemanha (1-3 anos)).

Como se pode verificar, nota-se que em 2016 o FCT manteve a tendência positiva que já se tinha revelado em períodos anteriores, embora com uma aceleração mais lenta, terminando o ano com um *funding ratio* perto de 103%, valor máximo observado desde que esta variável é calculada.

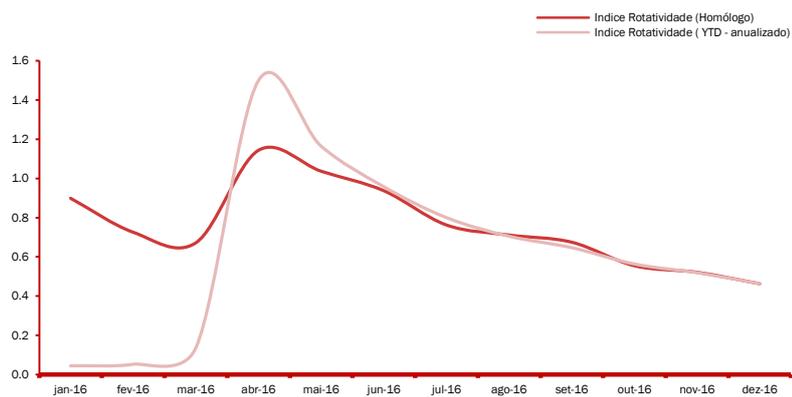


Em final de 2015 o *funding ratio* era de 102.3%, mais elevado que o valor no final de 2014 (101.4%), em resultado da melhor performance do FCT versus o índice de referência.

Rotação da Carteira

O índice de rotação da carteira do FCT em 2016 situou-se nos 0,46. Ou seja, o volume de transações levadas a cabo corresponde a 0,46 vezes o valor médio da carteira gerida ao longo do ano.

GRÁFICO 05 | ROTAÇÃO DA CARTEIRA



Fundo de Compensação do Trabalho

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS E NOTAS ÀS CONTAS

Código	Designação	Ativo					Capital e Passivo		
		2016		2015		Código	Designação	Períodos	
		Bruto	Mv / P	Líquido	Mv / P			Líquido	2016
21	OBRIGAÇÕES	49 872 564,74	48 093,30	821 932,14	25 892 627,45	61	UNIDADES DE PARTICIPAÇÃO	111 644 554,52	57 610 511,60
22	AÇÕES	1 044 892,41	113 244,89	0,00	1 859 543,67	62	VARIÇÕES PATRIMONIAIS	325 665,64	97 648,92
23	OUTROS TÍTULOS DE CAPITAL					64	RESULTADOS TRANSITADOS		
24	OUTROS TÍTULOS DE PARTICIPAÇÃO					65	RESULTADOS DISTRIBUÍDOS		
25	DIREITOS					66	RESULTADO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	413 555,99	228 016,72
26	OUTROS INSTRUMENTOS DE DÍVIDA						TOTAL DO CAPITAL	112 363 776,15	57 936 177,24
	TOTAL DA CARTEIRA DE TÍTULOS	50 917 457,15	131 338,19	821 932,14	27 752 171,12				
	OUTROS ATIVOS								
31	OUTROS ATIVOS					48	PROVISÕES ACUMULADAS		
	TOTAL DE OUTROS ATIVOS	0,00	0,00	0,00	0 00	481	PROVISÕES PARA ENCARGOS		
	TERCEIROS								
411+...+418	Contas de Devedores	6 600 113,79			3 202 718,92	421	RESGATES A PAGAR AOS PARTICIPANTES		
	TOTAL DOS VALORES A RECEBER	6 600 113,79	0,00	0,00	3 202 718,92	422	RENDIMENTOS A PAGAR AOS PARTICIPANTES		
	DISPONIBILIDADES					423	COMISSÕES A PAGAR	467,32	327,79
11	CAIXA					424+...+429	OUTRAS CONTAS DE CREDORES	502 853,05	2 374 312,13
12	DEPÓSITOS À ORDEM	29 547 966,00			4 635 552,74	43+12	EMPRESTIMOS OBTIDOS	0,00	0,00
13	DEPÓSITOS A PRAZO E COM PRÉ-AVISO	26 500 000,00			24 316 000,00		TOTAL DOS VALORES A PAGAR	503 320,37	2 374 639,92
14	CERTIFICADOS DE DEPÓSITO								
18	OUTROS MEIOS MONETÁRIOS								
	TOTAL DAS DISPONIBILIDADES	56 047 966,00	0,00	0,00	28 951 552,74				
	ACRÉSCIMOS E DIFERIMENTOS								
51	ACRÉSCIMOS DE PROVEITOS	612 209,04			404 327,99	55	ACRÉSCIMOS DE CUSTOS	600 000,00	
52	DESPESAS COM CUSTOS DIFERIDO				612 209,04	56	RECEITAS COM PROVEITO DIFERIDO		
58	OUTROS ACRÉSCIMOS E DIFERIMENTOS					58	OUTROS ACRÉSCIMOS E DIFERIMENTOS		
59	CONTAS TRANSITÓRIAS ATIVAS				46,39	59	CONTAS TRANSITÓRIAS PASSIVAS	55,51	
	TOTAL DE ACRÉSCIMOS E DIFERIMENTOS ATIVOS	612 209,04	0,00	0,00	612 209,04		TOTAL DE ACRÉSCIMOS E DIFERIMENTOS PASSIVOS	600 055,51	0,00
	TOTAL DO ATIVO	114 177 745,98	131 338,19	821 932,14	60 310 817,16		TOTAL DO CAPITAL E PASSIVO	113 487 152,03	60 310 817,16
	Número total de unidades de participação em circulação:		103 219 292,11064	53 466 759,42624			Valor unitário da unidade de participação	1,02971	1,02527

**DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM
31 DE DEZEMBRO DE 2016 E 2015**

FCT

Código	Designação	Período		Código	Designação	Período	
		2016	2015			2016	2015
	Custos e Perdas				Proveitos e Ganhos		
	CUSTOS E PERDAS CORRENTES				PROVEITOS E GANHOS CORRENTES		
711+718	JUROS E CUSTOS EQUIPARADOS			812+813	JUROS E GANHOS EQUIPARADOS		
719	De Operações Correntes			811+814+817+818	Da Carteira de Títulos e Outros Ativos	921.895,75	322.419,61
722+723	De Operações Extrapatrimoniais			819	Outros, de Operações Correntes	75.368,81	94.127,48
724+...+728	COMISSÕES E TAXAS				De operações extrapatrimoniais		
729	Da Carteira de Títulos e Outros Ativos	1.479,08	3.790,22		RENDIMENTO DE TÍTULOS E OUTROS ATIVOS		
	Outras, de Operações Correntes	5.689,06	3.383,72	822+...824/5	Da Carteira de Títulos e Outros Ativos	73.576,23	33.606,71
	De Operações Extrapatrimoniais			829	De operações extrapatrimoniais		
732+733	PERDAS EM OPERAÇÕES FINANCEIRAS				GANHOS EM OPERAÇÕES FINANCEIRAS		
731+738	Na Carteira de Títulos e Outros Ativos	806.810,58	293.146,75	832+833	Na Carteira de Títulos e Outros Ativos	185.532,67	93.863,97
739	Outras, de Operações Correntes	7.718,26	9.581,54	831+838	Outros, em Operações Correntes	12.787,09	13.446,40
	Em Operações Extrapatrimoniais	6.054,29	4.608,17	839	Em Operações Extrapatrimoniais	2.061,02	1.840,48
	IMPOSTOS				REPOSIÇÃO E ANULAÇÃO DE PROVISÕES		
7411+7421	Impostos Sobre o Rendimento	7.643,23	1.909,49	851	Provisões para encargos		
7412+7422	Impostos Indiretos	6,35	3,22		OUTROS PROVEITOS E GANHOS CORRENTES		
7418+7428	Outros Impostos			86			
75	PROVISÕES DO EXERCÍCIO						
751	Provisões para Encargos						
77 + 79	OUTROS CUSTOS E PERDAS CORRENTES	622.264,73	14.864,82			1.271.221,57	559.304,65
	TOTAL DOS CUSTOS E PERDAS CORRENTES (A)	1.457.665,58	331.287,93				
	CUSTOS E PERDAS EVENTUAIS				PROVEITOS E GANHOS EVENTUAIS		
781	Valores Incobráveis			881	Recuperação de Incobráveis		
782	Perdas Extraordinárias			882	Ganhos Extraordinários		
783	Perdas Imputáveis a Exercícios Anteriores			882	Ganhos Imputáveis a Exercícios Anteriores		
788	Outros Custos e Perdas Eventuais			888	Outros Proveitos e Ganhos Eventuais	600.000,00	0,00
	TOTAL DOS CUSTOS E PERDAS EVENTUAIS (C)	0,00	0,00		TOTAL DOS PROVEITOS E GANHOS EVENTUAIS (D)	600.000,00	0,00
63	IMPOSTOS SOBRE OS RENDIMENTOS DO EXERCÍCIO						
66	RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO (se > 0)	413.555,99	228.016,72	66	RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO (se < 0)		
	TOTAL	1.871.221,57	559.304,65		TOTAL	1.871.221,57	559.304,65
(8 x 2/3/4/5)/(7 x 2/3)	Resultados da Carteira de Títulos e Outros Ativos			D-C	Resultados Eventuais		
8 x 9 x 9	Resultados das Operações Extrapatrimoniais			B+D-A-C+74	Resultados Antes de Imposto sobre o Rendimento	413.555,99	228.016,72
B-A	Resultados Correntes	-186.444,01	228.016,72	B+D-A-C+7411/8+7421/8	Resultado Líquido do Período		

Discriminação dos Fluxos	Período			
	2016		2015	
OPERAÇÕES SOBRE AS UNIDADES DE PARTICIPAÇÃO				
RECEBIMENTOS:				
Subscrição de unidades de participação	68 084 714,62		45 815 804,60	
...		68 084 714,62		45 815 804,60
PAGAMENTOS:				
Resgates de unidades de participação	17 029 609,08		10 027 597,99	
Rendimentos pagos aos participantes				
...		17 029 609,08		10 027 597,99
Fluxo das operações sobre as unidades de participação		51 055 105,54		35 788 206,61
OPERAÇÕES CARTEIRA DE TÍTULOS E OUTROS ATIVOS				
RECEBIMENTOS:				
Venda de títulos e outros ativos	116 026 814,52		47 543 862,53	
Reembolso de títulos e outros ativos				
Resgates de unidades de participação noutros OIC				
Rendimento de títulos e outros ativos	84 649,51		35 310,48	
Juros e proveitos similares recebidos	949 345,00		224 166,10	
Vendas de títulos e outros ativos com acordo de recompra				
Outros recebimentos relacionados com a carteira		117 060 809,03		47 803 339,11
PAGAMENTOS:				
Compra de títulos e outros ativos	141 687 752,01		65 113 272,00	
Subscrições de unidades de participação noutros OIC				
Juros e custos similares pagos				
Vendas de títulos com acordo de recompra				
Comissões de bolsa suportadas	929,45		2 091,00	
Comissões de corretagem				
Outras taxas e comissões				
...				
Outros pagamentos relacionados com a carteira		141 688 681,45		65 115 363,00
Fluxo das operações da carteira de títulos e outros ativos		-24 627 872,43		-17 312 023,89
OPERAÇÕES A PRAZO E DE DIVISAS				
RECEBIMENTOS:				
Juros e proveitos similares recebidos				
Operações cambiais	1 889 998,80		1 504 217,27	
Operações de taxa de juro				
Operações sobre cotações				
Margem inicial em contratos de futuros e opções				
Comissões em contratos de opções				
Outras comissões				
...				
Outros recebimentos operações prazo e de divisas		1 889 998,80		1 504 217,27
PAGAMENTOS:				
Juros e proveitos similares pagos				
Operações cambiais	1 888 536,61		1 503 134,46	
Operações de taxa de juro				
Operações sobre cotações				
Margem inicial em contratos de futuros e opções				
Comissões em contratos de opções				
...				
Outros recebimentos operações prazo e de divisas		1 888 536,61		1 503 134,46
Fluxo das operações a prazo e de divisas		1 462,19		1 082,81
OPERAÇÕES GESTÃO CORRENTE				
RECEBIMENTOS:				
Cobranças de crédito vencido				
Compras com acordo de revenda				
Juros de depósitos bancários	95 786,76		78 242,24	
Juros de certificados de depósito				
Comissões em operações de empréstimos de títulos				
...				
Outros recebimentos correntes		95 786,76		78 242,24
PAGAMENTOS:				
Comissão de gestão				
Comissão de depósito	4 991,88		2 936,03	
Comissão de garantia				
Despesas com crédito vencido				
Juros devedores de depósitos bancários				
Compras com acordo de revenda				
Impostos e taxas				
...				
Outros pagamentos correntes	22 824,03	27 815,91	19 829,03	22 765,06
Fluxo das operações de gestão corrente		67 970,85		55 477,18
OPERAÇÕES EVENTUAIS				
RECEBIMENTOS:				
Ganhos extraordinários				
Ganhos imputáveis a exercícios anteriores				
Recuperação de incobráveis				
...				
Outros recebimentos de operações eventuais	600 000,00	600 000,00	8 190,15	8 190,15
PAGAMENTOS:				
Perdas extraordinárias				
Perdas imputáveis a exercícios anteriores				
...				
Outros pagamentos de operações eventuais		0,00		0,00
Fluxo das operações eventuais		600 000,00		8 190,15
Saldo dos fluxos de caixa do período... (A)		27 096 666,15		18 540 932,86
Ajustamentos cambiais		-252,89		-21,58
Disponibilidades no início do período... (B)		28 951 552,74		10 410 641,46
Disponibilidades no fim do período... (C) = (A) + (B)		56 047 966,00		28 951 552,74

Anexo às Demonstrações Financeiras

Introdução

A lei 70/2013 de 30 de Agosto estabeleceu os regimes jurídicos do Fundo de Compensação do Trabalho (FCT), do Mecanismo Equivalente (ME) e do Fundo de Garantia de Compensação do Trabalho (FGCT).

O Fundo de Compensação do Trabalho (FCT) é um fundo de capitalização individual, financiada pelas entidades empregadoras que visa garantir aos trabalhadores o pagamento até metade do montante da compensação devida por cessação do contrato de trabalho, calculada nos termos do artigo 366.º do Código do Trabalho.

Não obstante a possibilidade de opção pelo Mecanismo Equivalente em detrimento do FCT, a adesão ao regime é obrigatória e aplica-se a todos os trabalhadores, objeto de contratação a partir de 1 de Outubro de 2013.

Nos termos do DL 210/2015, de 25 de setembro, foram excluídos do âmbito da aplicação da Lei 70/2013 de 30 de agosto, as relações de trabalho emergentes de contratos de trabalho de duração igual ou inferior a 60 dias.

Atendendo a que durante o ano de 2016 não foi criado qualquer Mecanismo Equivalente, todos os contratos de trabalho inseridos pelos empregadores durante o ano ficaram associados ao FCT.

O FCT constitui um património autónomo dotado de personalidade jurídica e não integra o perímetro de consolidação ou o orçamento da Segurança Social.

O FCT está registado no Registo Nacional de Pessoas Colectivas com a natureza jurídica de pessoa coletiva de direito público.

A gestão financeira do fundo, a cargo de uma entidade gestora, o Instituto de Gestão de Fundos de Capitalização da Segurança Social (IGFCSS) e do Conselho de Gestão presidido pelo Presidente do Conselho Diretivo do IGFCSS, rege-se pelas regras previstas no regulamento de gestão e no regulamento interno.

Os registos contabilísticos do FCT são mantidos de acordo com o Plano de Contas dos Organismos de Investimento Coletivo, anexo ao Regulamento 6/2013 da Comissão do Mercado de Valores Mobiliários.

As Demonstrações Financeiras e respetivas notas anexas, têm por referência, as regras previstas no mesmo Regulamento 6/2013 da Comissão do Mercado de Valores Mobiliários para os organismos de investimento coletivo.

Notas às Contas

Nota 1 – Capital do FCT

O capital do fundo é constituído por unidades de participação desmaterializadas com um valor inicial de 1€, variações patrimoniais, resultados transitados e resultado líquido do exercício.

O valor de subscrição corresponde ao valor das entregas mensais dos empregadores nos termos da lei, isto é, corresponde a 0,925% da retribuição base e diuturnidades de cada trabalhador abrangido, referente a 12 retribuições anuais.

O valor de resgate das unidades de participação é calculado com referência ao valor do capital do FCT por unidade de participação.

O cálculo do valor da unidade de participação é efetuado, dividindo o valor líquido global do fundo pelo número de unidades de participação em circulação e ocorre às sextas-feiras ou dia útil seguinte.

Durante o exercício de 2016, ocorreram os seguintes movimentos no capital do fundo:

Descrição	No Início (31/12/2015)	Subscrições	Resgastes	Distribuição de Resultados	Outros	Resultados do Exercício	No Fim
Capital realizado							
Valor base	54 492 610,08	68 084 714,62	17 029 609,08				105 547 715,62
Diferença p/ Valor Base							
Resultados distribuídos							
Resultados acumulados	97 648,92				228 016,72		325 665,64
Resultados do período	228 016,72				-228 016,72	413 555,99	413 555,99
SOMA	54 818 275,72	68 084 714,62	17 029 609,08		0,00	413 555,99	106 286 937,25
Nº de unidades participação	53 466 759,42624						103 219 292,11064
Valor unidade participação	1.02527						1.02791
Capital subscrito não realizado							
Valor base	3 117 901,52	2 978 937,38					6 096 838,90
SOMA	3 117 901,52	2 978 937,38	0,00		0,00	0,00	6 096 838,90
Total Capital	57 936 177,24	71 063 652,00	17 029 609,08			413 555,99	112 383 776,15

O quadro abaixo apresenta o valor líquido global do FCT e de cada unidade de participação e ainda o número de unidades de participação em circulação.

ANO		VLGF	Valor da UP	Nº de UP's em Circulação
2016	Mar	65 166 046,40	1,02340	63 675 728,99777
	Jun	78 635 377,11	1,02546	76 682 606,97878
	Set	92 507 082,81	1,02738	90 041 003,36746
	Dez	106 286 936,61	1,02971	103 219 292,11064
	2015	Mar	25 544 058,71	1,02509
Jun		34 412 115,00	1,02276	33 646 235,85153
Set		43 846 125,85	1,02154	42 921 315,53512
Dez		54 818 275,82	1,02527	53 466 759,42624
2014		Mar	2 750 783,94	1,00441
	Jun	6 596 179,11	1,00901	6 537 305,65341
	Set	10 398 824,67	1,01312	10 264 155,34559
	Dez	19 974 013,97	1,01561	18 520 757,40251
	2013	Mar		
Jun				
Set				
Dez		624 671,44	1,00036	469 941,43498

Nota 2 – Transações, Subscrições e Resgates

Durante o ano de 2016 as transações na carteira de ativos do FCT decompõem-se da seguinte forma:

TRANSAÇÕES	Compras (1)		Vendas (2)		Total (1) + (2)	
	Mercado	Fora de mercado	Mercado	Fora de mercado	Mercado	Fora de mercado
Dívida Pública	27 741 300,00		3 950 000,00		31 691 300,00	
Fundos Públicos e Equiparados						
Obrigações Diversas						
Ações	1 206 984,50		1 902 314,52		3 109 299,02	
Títulos de Participação						
Direitos						
Unidades de Participação						
Outros Ativos						
Contratos de futuros (a)						
Contratos de Opções (b)						

(a) Pelo preço de referência; (b) Valor dos Prémios

Ao longo do exercício verificaram-se operações de subscrição e resgate no fundo nos valores que constam da tabela abaixo:

Subscrições e Resgates	Valor	Comissões Cobradas
Subscrições	68 084 714,62	0,00
Resgates	17 029 609,08	0,00

O FCT não cobra comissões de subscrição ou resgate

Nota 3 – Carteira de Títulos e Disponibilidades

A carteira de títulos do FCT a 31.12.2016 era constituída da seguinte forma:

INVENTÁRIO DA CARTEIRA	Preço de Aquisição	Mais Vallas	Menos Vallas	Valor da Carteira	Juros Corridos	SOMA
1. VALORES MOBILIÁRIOS COTADOS						
<i>Mercado de Bolsa Nacional</i>						
Títulos dívida Pública	27 741 300,00		39 550,00	27 701 750,00	231 302,89	27 993 052,89
Outros Fundos Públicos Equiparados				0,00		0,00
Obrigações diversas				0,00		0,00
Ações				0,00		0,00
Títulos de participação				0,00		0,00
U.P.				0,00		0,00
Direitos				0,00		0,00
<i>Outros Mercados Regulamentados Nacionais</i>						
Títulos dívida Pública				0,00		0,00
Outros Fundos Públicos Equiparados				0,00		0,00
Obrigações diversas				0,00		0,00
Ações				0,00		0,00
Títulos de participação				0,00		0,00
U.P.				0,00		0,00
Direitos				0,00		0,00
<i>Mercado de Bolsa de Estados Membros UE</i>						
Títulos dívida Pública				0,00		0,00
Outros Fundos Públicos Equiparados				0,00		0,00
Obrigações diversas				0,00		0,00
Ações	298 918,91	5 747,89		304 666,80		304 666,80
Títulos de participação				0,00		0,00
U.P.				0,00		0,00
Direitos				0,00		0,00
<i>Outros Mercados Regulamentados Estados UE</i>						
Títulos dívida Pública	22 131 264,74	18 093,30	782 382,14	21 366 975,90	357 553,95	21 724 529,85
Outros Fundos Públicos Equiparados				0,00		0,00
Obrigações diversas				0,00		0,00
Ações				0,00		0,00
Títulos de participação				0,00		0,00
U.P.				0,00		0,00
Direitos				0,00		0,00
<i>Mercado de Bolsa de Estados Não Membros UE</i>						
Títulos dívida Pública				0,00		0,00
Outros Fundos Públicos Equiparados				0,00		0,00
Obrigações diversas				0,00		0,00
Ações	745 973,50	107 497,00		853 470,50		853 470,50
Títulos de participação				0,00		0,00
U.P.				0,00		0,00
Direitos				0,00		0,00
A transportar	50 917 457,15	131 338,19	821 932,14	50 226 863,20	588 856,84	50 815 720,04

INVENTÁRIO DA CARTEIRA	Preço de Aquisição	Mais Vantias	Menos Vantias	Valor da Carteira	Juros Corridos	SOMA
Transporte	50 917 457,15	131 338,19	821 932,14	50 226 863,20	588 856,84	50 815 720,04
<i>Outros Merc. Regulam. Estados não membros</i>						
Títulos dívida Pública				0,00		0,00
Outros Fundos Públicos Equiparados				0,00		0,00
Obrigações diversas				0,00		0,00
Ações				0,00		0,00
Títulos de participação				0,00		0,00
U.P.				0,00		0,00
Direitos				0,00		0,00
<i>Proc. Admissão mercado nacional</i>						
Títulos dívida Pública				0,00		0,00
Outros Fundos Públicos Equiparados				0,00		0,00
Obrigações diversas				0,00		0,00
Ações				0,00		0,00
Títulos de participação				0,00		0,00
U.P.				0,00		0,00
Direitos				0,00		0,00
<i>Proc. Admissão mercado estrangeiro</i>						
Títulos dívida Pública				0,00		0,00
Outros Fundos Públicos Equiparados				0,00		0,00
Obrigações diversas				0,00		0,00
Ações				0,00		0,00
Títulos de participação				0,00		0,00
U.P.				0,00		0,00
Direitos				0,00		0,00
4. OUTROS ATIVOS						
Depósitos à Ordem	29 548 216,36	419,94	670,30	29 547 966,00	472,33	29 548 438,33
Depósitos a Prazo	26 500 000,00			26 500 000,00	22 879,87	26 522 879,87
Total	106 965 673,51	131 758,13	822 602,44	106 274 829,20	612 209,04	106 887 038,24

As disponibilidades do FCT registaram, durante o exercício de 2016, os seguintes movimentos:

INVENTÁRIO DA CARTEIRA	Saldo Inicial	Aumentos	Reduções	Saldo Final
Caixa				0,00
Depósitos à ordem	4 635 552,74			29 547 966,00
Depósitos a prazo e com pré-aviso	24 316 000,00	110 175 000,00	107 991 000,00	26 500 000,00
Certificados de depósito				0,00
Outras contas de disponibilidades				0,00
TOTAL	28 951 522,74	110 175 000,00	107 991 000,00	56 047 966,00

Nota 4 – Políticas Contabilísticas

Na preparação das demonstrações financeiras, foram utilizados os seguintes critérios contabilísticos:

Especialização do exercício

Os ganhos e as perdas do FCT são reconhecidos no momento em que são geradas, independentemente do seu recebimento ou pagamento.

Carteira de títulos

As compras de títulos são registadas na data da transação ao valor de aquisição e valorizadas ao justo valor.

O critério adotado para o apuramento do custo dos títulos vendidos é o do custo médio.

Para a avaliação dos ativos cotados é utilizado o preço de fecho, ou preço de referência divulgado pela entidade gestora do mercado em que os valores se encontrem admitidos à negociação.

No caso dos instrumentos financeiros admitidos à negociação em mais de uma bolsa de valores ou mercado regulamentado, o valor a considerar deve refletir os preços praticados no mercado principal conforme publicado na agência de informação financeira Bloomberg.

Na avaliação dos ativos expressos em moeda diferente do euro, serão aplicadas taxas de câmbio indicativas fornecidas diariamente pela agência de informação financeira Bloomberg.

Para as transações efetuadas em mercados estrangeiros com horários diferenciados, consideram-se todas as transações concretizadas até ao final do dia a que a avaliação diz respeito.

Tratando-se de ativos representativos da dívida não cotados, admitidos à negociação num mercado regulamentado, podem ainda ser considerados para efeitos de avaliação, caso os preços praticados em mercado não sejam considerados representativos, critérios que tenham por base o valor das ofertas de compra firme, ou na impossibilidade da sua obtenção, o valor médio das ofertas de compra e venda, difundidas pelas entidades especializadas que não se encontrem em domínio ou de grupo com a entidade gestora, nos termos dos artigos nº 20 e nº 21 do Código de Valores Mobiliários. Na impossibilidade de aplicação dos referidos critérios, a entidade gestora recorrerá a modelos de avaliação reconhecidos universalmente nos mercados financeiros, assegurando-se de que os pressupostos utilizados na avaliação têm aderência a valores de mercado.

As mais e menos valias são reconhecidas na demonstração de resultados em 'Ganhos ou Perdas em operações financeiras', por contrapartida das contas 'Mais e Menos valias' do ativo.

O apuramento do juro corrido é feito diariamente e reconhecido na demonstração de resultados na conta 'Juros e proveitos equiparados', por contrapartida de 'Acréscimo de proveitos'.

Valorização das unidades de participação

O valor de cada unidade de participação é calculado dividindo o valor global do capital do fundo pelo número de unidades de participação em circulação.

O cálculo do valor das unidades de participação é efetuado todas as sextas feiras ou dia útil seguinte.

Comissão de gestão

A comissão de gestão, imputada em base diária na demonstração de resultados em 'Comissões' por contrapartida de contas do balanço representa o pagamento à entidade gestora do FCT, o IGFCSS, pelos serviços de gestão prestados ao fundo.

O valor a pagar será correspondente à proporção do peso do FCT, no total de fundos geridos pela entidade gestora e não pode ultrapassar 25% dos rendimentos do fundo.

Se durante os três primeiros anos de atividade o fundo não libertar os recursos suficientes para cobrir a comissão de gestão, o conselho de gestão pode, findo esse prazo, aprovar o acerto de contas em relação aos custos não cobertos até então.

Em 2016 não foi feito qualquer pagamento por conta desta comissão.

Comissão de depósito/custódia

A comissão de depósito representa a remuneração do banco depositário por serviços prestados e é imputada diariamente na demonstração de resultados em 'Comissões' por contrapartida de 'Comissões a pagar'.

Impostos

Nos termos do nº1 do artigo 57º da Lei 70/2013 de 30 de Agosto, o FCT é equiparado aos fundos de capitalização administrados por instituições da segurança social, portanto isento de IRC, conforme o disposto na alínea d) do nº 1 do artigo 9º do Código do imposto sobre o rendimento das Pessoas Coletivas.

Nota 5 – Componentes do Resultado

Em 31 de Dezembro de 2016 era a seguinte a composição dos resultados do FCT, no que respeita aos proveitos:

Natureza	Ganhos de Capital			Ganhos com Carácter de Juro		Rendimento de Títulos	Soma
	Mais Vantias Potenciais	Mais Vantias Efetivas	Soma	Juros Vencidos	Juros Corridos		
OPERAÇÕES "À VISTA"							
Ações	105 794,73	70 383,04	176 177,77			73 576,23	73 576,23
Obrigações	9 354,90		9 354,90	333 038,91	588 856,84		921 895,75
Títulos de participação							
Unidades de participação							
Instr. de dívida de c/ prazo							
Outros ativos							
Depósitos	12 787,09		12 787,09	52 016,61	23 352,00		75 368,81
OPERAÇÕES A PRAZO ⁽¹⁾							
Cambiais							
Forwards		2 061,02	2 061,02				
Swaps							
...							
Taxa de Juro							
FRA							
Swaps							
Futuros							
Opções							
Cotações							
Futuros							
Opções							
...							
OUTRAS OPERAÇÕES							
Oper. de Reporte							
Oper. de Empréstimo							
...							

(1) Inclui eventuais remunerações de margens

Já na componente de custos, naquela data, a composição dos resultados do FCT era conforme consta da tabela seguinte:

Natureza	Perdas de Capital			Juros e Comissões Suportados		
	Menos Valtias Potenciais	Menos Valtias Efetivas	Soma	Juros Vencidos e Comissões	Juros corridos	Soma
OPERAÇÕES "À VISTA"						
Ações		182 254,13	182 254,13			
Obrigações	614 683,95	9 872,50	624 556,45			
Títulos de participação						
Unidades de participação						
Outros ativos						
Depósitos	7 718,26		7 718,26			
OPERAÇÕES A PRAZO						
Cambiais						
Forwards		6 054,29	6 054,29			
Swaps						
...						
Taxa de Juro						
FRA						
Swaps						
Futuros						
Opções						
Cotações						
Futuros						
Opções						
...						
COMISSÕES						
De Gestão						
De Depósito				5 057,61		5 057,61
Da carteira de Títulos				1 479,08		1 479,08
De Oper. Extrapatrimoniais						
Outras comissões				631,45		631,45
OUTRAS OPERAÇÕES						
Oper. de Reporte						
Oper. de Empréstimo						
...						

Nota 9 – Impostos e Taxas

Os impostos suportados pelo fundo durante o exercício de 2016 apresentam-se discriminados no quadro que se segue:

Código das Contas	Designação	Impostos 31-12-2016
74122	Imposto de selo	6,35
74212	Imposto sobre dividendos	7 643,23
	TOTAL	7 649,58

A rubrica 'Impostos sobre dividendos' refere-se a imposto retido nos países de origem, suportado nos dividendos recebidos de ações estrangeiras, após aplicação dos acordos de dupla tributação.

Nota 11 – Exposição ao Risco Cambial

O quadro que se apresenta de seguida evidencia as posições cambiais em aberto nas diversas moedas, à data de 31 de dezembro de 2016:

Moedas	À Vista	A Prazo					Posição Global ⁽²⁾
		Futuros	Forwards	Swaps	Opções	Total	
GBP	3 619,66						3 619,66
USD	8 103,37						8 103,37
CHF	941,22						941,22
JPY	1 050 055,00						1 050 055,00
Contra valor €	21 330,70						21 330,70

As posições compradas devem evidenciar o sinal (+) e as posições vendidas o sinal (-)
 (1) É constituída pela soma aritmética das posições cambiais à vista, a prazo e em opções

Cotações utilizadas na conversão para euros dos ativos expressos em moeda estrangeira

Em 31 de Dezembro de 2016 foram utilizadas as seguintes taxas de câmbio, obtidas no sistema de informação Bloomberg, para conversão dos saldos denominados em moeda estrangeira:

- ✓ GBP = 0,85448
- ✓ USD = 1,05470
- ✓ CHF = 1,07293
- ✓ JPY = 123,04000

Nota 12 – Exposição ao Risco de Taxa de Juro

Maturidades ⁽¹⁾	Montante em Carteira (A)	Extra-Patrimoniais (B)				Saldo ⁽²⁾
		FRA ⁽³⁾	Swaps (IRS) ⁽³⁾	Futuros ⁽⁴⁾	Opções ⁽⁵⁾	
de 0 a 1 ano	23 573 829,80					23 573 829,80
de 1 a 3 anos	25 494 896,20					25 494 896,20
de 3 a 5 anos						
de 5 a 7 anos						
mais de 7 anos						

As posições compradas devem evidenciar o sinal (+) e as posições vendidas o sinal (-)

(1) Todos os escalões de prazos devem ser entendidos como o prazo remanescente até ao vencimento. Engloba todos os ativos do património do fundo cujas operações subjacentes tenham como característica um cupão com taxa fixa.

(2) Representa o saldo dos ativos do património do fundo com sensibilidade às flutuações da taxa de juro, isto é, os ativos sem cobertura de risco por operações extrapatrimoniais, bem como a eventual exposição adicional decorrente da utilização de instrumentos derivados com esse propósito

(3) Pelo valor inscrito em contas extrapatrimoniais.

(4) Pelo valor de referência.

(5) Pelo delta da opção.

Nota 13 – Exposição ao Risco de Cotação

Ações e Valores Similares	Montante	Extra-Patrimoniais		Saldo
		Futuros ⁽¹⁾	Opções ⁽²⁾	
Ações	1 158 137,30			1 158 137,30
Warrants				

As posições compradas devem evidenciar o sinal (+) e as posições vendidas o sinal (-)

(1) Pelo preço de referência.

(2) Pelo delta da opção.

Nota 14 – Perdas Potenciais

	Perda Potencial no Final do Exercício	Perda Potencial no Final do Exercício Anterior
Carteira Sem Derivados	622 402,21	266 268,69
Carteira Com Derivados	622 402,21	266 268,69

Nota 15 – Custos

O quadro abaixo reflete a estrutura de custos suportados pelo FCT durante o exercício de 2016:

Custos	Valor	% VLG ⁽¹⁾
Comissão de Gestão		
Componente Fixa		
Componente Variável		
Comissão de Depósito	5 057,61	0,0073%
Taxa de Supervisão		
Custos de Auditoria	22 140,00	0,0320%
Outros Custos	600 756,18	0,8681%
TOTAL	627 953,79	
TAXA GLOBAL DE CUSTOS (TGC)		0,9074%

Nos termos do artigo 8º da Portaria 294-A/2013, de 30 de setembro, o pagamento das entregas aos Fundos de Compensação é efetuado na rede multibanco ou por via eletrónica, através de *homebanking* (nº 1), designadamente através da emissão de documento de pagamento que contém a identificação da referência multibanco a utilizar pelos empregadores com vista à liquidação das suas responsabilidades (nº 2).

De acordo com o estabelecido no nº 7 do artigo 11º do regulamento de gestão do FCT (regulamento 390-B/2013, de 14 de outubro), cabe ao Instituto de Gestão Financeira da Segurança Social (IGFSS) a coleta das entregas devidas pelos empregadores ao FCT, procedendo todas as quintas-feiras ou dia útil imediatamente anterior à transferência dos montantes cobrados. Idêntica disposição consta do regulamento de gestão do FGCT (regulamento 390-A/2013, de 14 de outubro).

Para este efeito, o IGFSS celebrou os necessários protocolos com entidades bancárias no âmbito dos quais foram negociados os custos associados à emissão e utilização das referências multibanco. Sendo o meio de pagamento partilhado por ambos os fundos, os Conselhos de Gestão do FCT e FGCT decidiram, em 2016, que a divisão daquele custo se faria em partes iguais.

O custo a suportar pelo FCT, relativo aos custos de cobrança de 2013 até ao final de 2016 corresponde a 612 045,14€, dos quais 277 093,00€ dizem respeito ao ano de 2016 e 334 952,14€ a anos anteriores. Tendo em conta que o valor relativo a 2016 foi já conhecido após 31 de dezembro, foi efetuada uma provisão com base em estimativas tendo por base o número de referências multibanco pagas até final de outubro. O valor da provisão constituída é de 600 000€.

Tendo em conta a dimensão dos custos com as cobranças das entregas ao FCT foi proposta pela entidade gestora uma alteração ao regulamento de gestão do fundo no sentido de passar a constituir receita deste, afeta ao pagamento dos respetivos custos de funcionamento, o valor das despesas administrativas cobradas aos empregadores por pagamento intempestivo das entregas, proposta que foi aprovada mas ainda não publicada. Nos anos de 2013 a 2016 foi cobrado aos empregadores, a título de despesas administrativas, um montante de 529 mil euros. Caso tais valores tivessem sido considerados receita do fundo e afetos à cobertura dos seus custos de funcionamento, teriam sido suficientes para cobrir cerca de 86% dos custos de cobrança.

Nota Adicional – Terceiros

No final dos exercícios de 2016 e 2015, a conta da classe 4 'Terceiros' apresentava os saldos evidenciados na tabela abaixo.

DÍVIDAS DE TERCEIROS – Curto Prazo			
Contas	Designação	2016	2015
4121	IGFSS valores a receber	108 766,98	53,958,58
4131	Empregador	5 868 179,81	3 029 251,71
4181	Operações em mercado		
41931	Dividendos	5 139,35	2,053,14
41932	Imposto a recuperar	105,09	696,26
4199111	Entidade gestora	616 998,23	115,834,90
4199121	FGCT	924,33	924,33
41	Total de Devedores	6 600 113,79	3,202,718,92

O valor inscrito na conta 4131 é líquido de créditos dos empregadores sobre o FCT, originados, quer por alterações aos contratos de trabalho efetuados pelos empregadores com impacto em pagamentos efetuados no passado, quer por rejeições de transferências bancárias efetuadas para pagamento de reembolsos.

DÍVIDAS A TERCEIROS – Curto Prazo			
Contas	Designação	2016	2015
423	Comissões a pagar	467,32	327,79
428	Operações de regularização de compra		2 288 270,93
42991	Entidade gestora	150 601,70	84 196,20
42412	Dividendos	770,90	
42992	Auditoria e certificação legal de contas		1 845,00
12193	Reembolsos de 2016 a pagar em 2017	351 480,45	
42	Total de Credores	503 320,37	2 374 639,92

O saldo da conta 12193 reflete o valor dos reembolsos cujos pedidos foram aprovados em 30.12.2016, para os quais o respetivo pagamento foi concretizado apenas em janeiro de 2017.

